

## UGT deixa recado à banca no 1.º de Maio



"Não brinquem  
com os bancários!"

13



FAQ  
Assim será  
o novo  
sindicato nacional



18

Mediação e corretagem  
Exigir a aplicação  
da contratação coletiva





## Ficha Técnica

**Propriedade:**  
Federação do Setor Financeiro  
NIF 508618029

Correio eletrónico: revista.febase@gmail.com

**Diretor:**  
Delmiro Carreira – SBSI

**Diretores Adjuntos:**  
Carlos Marques – STAS  
Helena Carvalheiro – SBC  
Mário Mourão – SBN  
Rui Santos Alves – SBSI  
Tomaz Braz – SISEP

**Conselho Editorial:**  
Eduardo Alves – SBC  
Firmino Marques – SBN  
João Ferreira – SBSI  
Jorge Cordeiro – SISEP  
Patrícia Caixinha – STAS

**Editor:**  
Elsa Andrade

**Redação, Edição e Produção:**  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 090/062  
Fax: 213 216 180

**Revisão:**  
António Costa

**Grafismo:**  
Ricardo Nogueira

**Execução Gráfica e Impressão:**  
Xis e Érre, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 58.375 exemplares (sendo  
5.375 enviados por correio eletrónico)

**Periodicidade:** Mensal  
**Depósito legal:** 307762/10  
**Registado na ERC:** 125 852

**Estatuto Editorial**  
Consultável através do endereço:  
[https://www.sbsi.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/Pages/estatutoeditorial\\_febase.aspx](https://www.sbsi.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/Pages/estatutoeditorial_febase.aspx)

A publicidade publicada e/ou inserta na Revista Febase é da total responsabilidade dos anunciantes

**20** STAS – Actividade Seguradora

**23** SISEP – Profissionais de Seguros

**25** SBSI – Bancários do Sul e Ilhas

**28** SBN – Bancários do Norte

**30** SBC – Bancários do Centro



### Dossiê | 1.º de Maio

"Os bancários merecem mais e melhor" 4  
A palavra aos trabalhadores 6  
A emoção de uma terra 9

### CONTRATAÇÃO | Seguros

Seguradoras Unidas, Zurich e Fidelidade:  
Negociação prossegue em várias mesas 10  
Mediação e corretagem: Mais um avanço para novo CCT 10

### CONTRATAÇÃO | Banca

Revisão salarial do ACT: Uma mão cheia de nada 11  
Febase quer convenção coletiva para o Banco CTT 11

### SINDICAL

Febase indignada com decisões da administração do BCP 12  
Como será o novo sindicato nacional 13

### QUESTÕES | Jurídicas

Atividade de mediação de seguros: A salvaguarda de aplicação da contratação coletiva 14

### VISTO DE FORA | Maria Bafaloukou

Reforçar o papel social da União Europeia 16

### ATUAL

UGT debate fundos de pensões na negociação coletiva 18

### TEMPOS LIVRES | Nacional

Do convento à serra 19



Mário Mourão

Os representantes patronais continuam, com um oportunismo lamentável e uma má-fé inconcebível, a esgrimir argumentos do mais fantasioso miserabilismo

## O manto diáfano do silêncio e uma reestruturação cultural

Causam a mais profunda estranheza as razões pelas quais, em relação aos financiamentos à banca por parte do Estado e do Fundo de Resolução, ninguém diz que tais operações se realizam apenas a título de empréstimo e que as instituições de crédito pagam por elas juros que se elevam aos oito e aos nove por cento. Recorde-se, a título meramente exemplificativo, os juros altíssimos – não contesto o valor, apenas registo o facto e o reiterado silêncio montado em torno dele – pagos pelo Millennium bcp e pelo BPI, aquando dos respetivos pedidos de apoio.

Portanto, é lícito perguntar o porquê das campanhas de desinformação gritando aos quatro ventos que o Estado – logo, todos nós, cidadãos portugueses – fica altamente lesado com este tipo de empréstimos, bem como os motivos pelos quais não se esclarece devida e cabalmente a situação, demonstrando que não há nenhum diabo à solta e que não é por aí que o País mergulha no inferno.

De facto, não se percebe a quem e porquê aproveita este manto diáfano de silêncio. Quem pretende continuar a insinuar uma narrativa segundo a qual aquele tipo de empréstimos lesam o Estado e os cidadãos? É estranho, muito estranho mesmo. Porque a falta de esclarecimento, conduzindo ao desconhecimento da verdade dos factos, leva, mesmo involuntariamente, a fazer juízos errados e quiçá malévolos de uma situação que os responsáveis – todos eles – deviam esclarecer. À saciedade e à sociedade.

Para quê e com que objetivo, de facto, dizer-se que com estes empréstimos os portugueses andam a sustentar os bancos, se estes pagam e pagaram tudo o que pediram emprestado? Quem tem medo da verdade? Aliás, será o que inevitavelmente acontecerá em relação ao Novo Banco, com o empréstimo do Fundo de Resolução.

Mas será que os trabalhadores – designadamente os bancários – não têm razões de queixa dos bancos e dos banqueiros? Têm, claro! Muitas e diversas! Por hoje – e dado que o espaço de um editorial é exíguo para tantas – gostaria apenas de destacar aquilo que mais parece uma série de Hollywood com argumentos de terceira categoria, subscrita pelo grupo negociador patronal. Refiro-me, como já todos adivinharam, ao atual processo negocial da tabela salarial.

Quando se assiste ao que está e não está a acontecer, fica-se com a certeza de que é mesmo necessário e urgente proceder-se a uma profunda reestruturação do sistema financeiro português. Só que essa mudança terá, inevitavelmente, de começar por uma reestruturação cultural dos banqueiros, que ainda não conseguiram entender o seu papel na sociedade, ainda não aprenderam o que deve ser o seu relacionamento com os trabalhadores, ainda não entenderam qual o papel destes na recuperação das instituições de crédito, ainda não conseguiram colocar-se na posição de empresários modernos, mantendo um posicionamento de patronato retrógrado.

Novos banqueiros, vícios antigos – assim poderão intitular-se os tristes episódios novelescos desenrolados em torno da negociação de uma tabela salarial em que, a uma proposta de aumento perfeitamente realista de 3% apresentada pela Febase, respondem os patrões com uns míseros 0,4%, “à moda antiga”, passando por cima daquilo que é a normalização do setor financeiro.

Os representantes patronais continuam, com um oportunismo lamentável e uma má-fé inconcebível, a esgrimir argumentos do mais fantasioso miserabilismo. Pelos vistos, o setor bancário português é o único na Europa a contrariar a tendência de apostar em salários dignos, na sequência, aliás, dos apelos reiterados pelas instâncias comunitárias, até como forma de contribuir para a recuperação económica.

Considero, neste contexto, que é tempo de se dar uma resposta à altura. Sem propor que seja necessário, ao menos para já, partir-se para uma greve, bastará que os trabalhadores das instituições de crédito cumpram o horário estabelecido em sede de convenção coletiva, saindo dos bancos às 16h30, o que corresponde ao salário percebido.

É tempo de dizer “basta!” A dignidade não se negocia.

UGT envia recado à banca em Figueiró dos Vinhos

# “Os bancários merecem mais e melhor”

A UGT comemorou o Dia do Trabalhador numa das zonas mais fustigadas pelos incêndios de 2017. Com a emoção do passado mas de olhos postos no futuro, o interior do País deu uma verdadeira demonstração de força. O combate sindical saiu reforçado, com o líder da central sindical, Carlos Silva, a deixar uma mensagem energética aos líderes da banca em Portugal: “Não brinquem com os bancários!”

Textos | Pedro Gabriel



## Animação não faltou

Ao longo do dia, a boa disposição foi a nota dominante, muito por “culpa” dos vários grupos que entreteram os participantes. Um dos momentos altos do dia foi o concerto do conhecido artista Toy, a meio da tarde. Já antes, a Filarmónica Figueirense tinha dado um ar de sua graça, assim como a Orquestra Consequência.

Depois da atuação de Toy, foi a vez do Rancho Folclórico de Silveiras, da Tuna da Escola Agostinho Roseta, do grupo de concertinas da Lousã e dos “Alegres de Castanheira de Pera”.

Pelas ruas circularam gigantones e caretos que ajudaram ainda mais à festa.

A partir das 17h00 houve arraial beirão, com petiscos e bebidas, uma oferta da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos.

O cenário em redor de Figueiró dos Vinhos continua a marcar a memória de quem lá vive, mas o verde que, aos poucos, começa a combater o negro, é a analogia perfeita para uma esperança que o Dia do Trabalhador renova todos os anos.

Foi precisamente com base nessa esperança que a UGT escolheu aquela vila para as comemorações do 1.º de Maio. A central pretendeu assim homenagear a luta daquelas populações, ao mesmo tempo que mostrou ao País que o Interior jamais desistirá, é resiliente e está pronto a receber quem ali quiser investir.

Milhares de pessoas marcaram presença, dos quais se destacam 1300 oriundos do setor bancário. E 86 autocarros vindos de todo o País parquearam na vila.

## DIA DE FESTA

Os primeiros autocarros anunciaram-se ainda os relógios não batiam as 10h00, dirigindo-se ao local onde mais tarde seria servido o almoço: o mercado municipal.

Até à hora do repasto, e à medida que iam chegando, os participantes oriundos de todo o País observaram a estrutura montada em redor da Praça da República, com os dois palcos montados e os stands das várias federações, onde se destaca o da FEBASE, com o slogan “Ser único é ser mais forte!”, um ideal comum aos cinco Sindicatos que compõem a Federação: o do sindicato nacional.

## CULTURA

O ambiente era de boa disposição, com muitas pessoas a procurarem conhecer os locais emblemáticos da vila, como a Igreja Matriz ou o Casulo de José Malhoa. Não é de estranhar, portanto, que o tempo tivesse passado a correr, di-





tando que grande parte regressasse ao mercado municipal para o almoço, não sem antes visitarem a exposição “Era uma vez... o 1.º de Maio”, organizada pela Federação Nacional da Educação (FNE), e cujos prémios foram entregues naquele dia aos vencedores, alunos de várias escolas do País.

## FORÇA

Depois do almoço, que reforçou ainda mais o espírito de convívio, deu-se início ao desfile sindical, que percorreu as ruas de Figueiró dos Vinhos desde o mercado municipal até à Praça da República. À frente, a comitiva liderada pelo secretário-geral, Carlos Silva, e o lema deste ano: “Fortalecer o Interior. Mais coesão social”. Um percurso feito em festa, ajudado pela música de vários grupos musicais e pelos alunos da Escola Profissional Agostinho Roseta. Chegado à zona do palco principal, sob vivas à UGT, o desfile deu lugar à Orquestra Consequência, que animou os presentes a partir do palco principal, antes dos discursos sindicais.

## SABER RECEBER

A primeira intervenção coube ao autarca anfitrião. Jorge Abreu não escondeu a emoção ao ver tanta gente reunida, fazendo questão de agradecer à UGT a escolha daquela região. “É sinónimo da vossa amizade e solidariedade por esta região e a verdade é que a aposta está ganha, basta ver esta bonita multidão de trabalhadores sabendo que todos vós são a classe que mais contribui para o desenvolvimento económico e social do País”.

O presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos deixou um apelo aos presentes para que apreciassem o que a região tinha para oferecer e regressassem um dia. “O que pretendemos, não só Figueiró dos Vinhos como Castanheira

de Pera e Pedrogão Grande, é que se divirtam e fiquem muito agradados com esta região. Uma coisa posso garantir-vos, o povo estará de braços abertos”, concluiu.

## CANADÁ PRESENTE

Jack Oliveira e Joel Filipe são, respetivamente, presidentes do LIUNA 183 e do CCWU, sindicatos canadianos ligados ao setor da construção civil. Ambos fizeram história, já que é a primeira vez que sindicatos da América do Norte marcam presença nas comemorações do 1.º de Maio em Portugal.

Jack Oliveira mostrou o orgulho em estar presente, destacando a força dos trabalhadores e dos líderes que compõem a UGT. “Os sindicatos em Portugal começaram em 1974, têm percorrido muito caminho mas nunca nos podemos esquecer onde é que o movimento sindical começou e como chegámos aqui. No minuto em que esquecermos como chegámos aqui é o minuto que forças vão tentar eliminar a classe trabalhadora”.

Também Joel Filipe partilhou a ideia do seu homólogo. “Quando a entidade patronal vê desunião é quando tentam acabar com os sindicatos. Todos juntos conseguiremos ir longe e com a liderança da UGT, do Carlos Silva e da sua equipa, o sindicato tem ainda muito para vos dar.”

Os dois sindicalistas entregaram à UGT um cheque no valor de 35 mil dólares canadianos, que será doado às corporações de bombeiros de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrogão Grande.

## COMPROMISSO

“Grande força a da UGT, a do movimento sindical e a dos trabalhadores e trabalhadoras”. Lucinda Dâmaso referiu no seu discurso o que passava pela cabeça de muitos dos presentes na festa. ▶

- ▶ A presidente da central sindical congratulou-se pela escolha de Figueiró dos Vinhos para esta celebração e para a merecida homenagem aos trabalhadores em geral e aos das regiões afetadas pelos incêndios, em particular.

"A UGT cumpre o compromisso que assumiu, não vai esquecer que as zonas de baixa densidade do nosso País pre-

## A palavra aos trabalhadores

Foram milhares os que responderam afirmativamente à chamada da UGT para as comemorações do 1.º de Maio em Figueiró dos Vinhos. De entre os trabalhadores oriundos de vários setores da sociedade, destaque para os do setor bancário e segurador. A Revista Febase "mediu o pulso" aos sentimentos dos participantes. A palavra é deles

### Mónica Vieira, setor segurador

"Já há muitos anos que venho ao 1.º de Maio, desde miúda, está um bocadinho nos meus genes. Desde que estou na atividade seguradora é talvez a segunda ou terceira vez.

O sentimento que tenho está à vista, é esta partilha, esta vontade de mostrar a união. Em relação ao local, a viagem para cá ainda é desoladora, apesar de começarmos a ver aquele verde, que é de esperança, das árvores a começarem a renascer. A intenção de fazer aqui terá sido mesmo essa, mostrar que estamos todos juntos e solidários com o que aconteceu. O verde da Febase mostra essa esperança.

O futuro do setor segurador, neste momento, e apesar de algumas adversidades que algumas companhias estão a passar, com renovações, mudanças, alterações, talvez seja de confiança, de esperança."

### Jaime Sequeira, setor bancário

"Já venho ao 1.º de Maio há bastante tempo, são bens adquiridos que vamos apanhando ao longo da vida. O 25 de Abril foi uma conquista muito grande e temos de continuar para termos melhores condições de vida e de trabalho. Este combate dá-nos muita força e união, e também aos sindicatos que tratam dos nossos assuntos durante o ano inteiro.

É a primeira vez que venho a Figueiró dos Vinhos. É uma maneira de apoiar as pessoas, de desenvolver a terra, foi uma iniciativa muito boa.

O setor bancário tem um quadro um pouco negro, as novas tecnologias obrigam os bancos a recorrer cada vez menos aos recursos humanos. Sou do tempo em que havia 30 pessoas numa agência, agora são três ou quatro. Hoje em dia não vamos aos bancos, fazemos tudo pelos telemóveis. Mas a banca está a acompanhar a evolução tecnológica."

### Rosa Santos, setor da educação

"Há quase 20 anos que participo nas comemorações. Toda a gente devia mostrar que o 1.º de Maio é um marco importante na história do trabalhador. Muitas vezes esquecem-se dos direitos adquiridos, não participam. É um ato de coragem pelo que outros outrora fizeram por nós e que deve ser respeitado. Acho que há falta de militância, muito egoísmo e egocentrismo.

A UGT escolheu Figueiró dos Vinhos precisamente para que o sentimento não seja apenas no momento, para que as pessoas mostrem que Figueiró, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande não estão esquecidas no mapa. A UGT está aqui para ser solidária com todos."



cisam de ser olhadas de outro modo, não descansaremos enquanto todos os portugueses e portuguesas não forem olhados de igual forma. Esta é a nossa função, cumpri-la-emos até ao final".

### COMBATE

Lucinda Dâmaso referiu que a UGT vai continuar a lutar para baixar o desemprego e combater o trabalho precário. "Temos de lutar contra a precariedade, fazer com que o salário mínimo afete apenas um conjunto muito pouco significativo de trabalhadores e trabalhadoras. Iremos continuar a lutar para que Portugal seja um País mais justo, mais solidário e que olhe para os seus trabalhadores como a maior riqueza que tem".

A presidente não esqueceu o papel do Estado, a quem deixou o recado. "Não pode continuar a fechar serviços públicos, tem de voltar a abrir as escolas, os tribunais, os centros de saúde, porque só assim se cumprirá a democracia. Se os trabalhadores não forem respeitados, dignificados e valorizados, a democracia não se cumpre. E a democracia do nosso País é para ser construída todos os dias", concluiu.

### RESPOSTA

O Secretário-geral da UGT era um homem orgulhoso quando começou a sua intervenção. "Milhares de trabalhadoras e trabalhadores, vindos de todo o País, responderam ao apelo da UGT e dos seus sindicatos e vieram a Figueiró dos Vinhos comemorar o seu dia – o dia do trabalhador, da luta e da reivindicação, o dia em que a mensagem da UGT e do movimento sindical que representa chega a todo o País e ao mundo".

Carlos Silva não deixou de fazer uma saudação especial aos comandantes dos Bombeiros Voluntários dos três concelhos presentes, agradecendo-lhes "o esforço, dedicação e altruísmo que dedicam, todos os dias das suas vidas, ao serviço dos seus concidadãos, depois de um ano de 2017 trágico e de infeliz memória".

Para Carlos Silva, mais do que falar do passado, importa falar do futuro e do que é necessário fazer para que outras





populações sejam atraídas para o interior do País. “Viver no interior não é uma fatalidade, é uma mais-valia, assim o Estado aposte na manutenção e melhoria dos serviços públicos, não encerre escolas, não encerre centros de saúde ou reduza os seus horários de funcionamento. Queremos continuar a viver cá e o Estado tem de respeitar os portugueses onde quer que eles estejam. Se estamos em liberdade, a democracia tem de respeitar todos de igual forma”, referiu.

## INCENTIVOS

Para atrair mais empresas a investirem no interior do País, Carlos Silva revelou que a UGT apresentará uma proposta

em sede de concertação social para que, num período inicial de três anos, o IRC seja de 0%, passando gradualmente para uma taxa reduzida. A contrapartida será a obrigação das empresas de criarem postos de trabalho, sendo que uma parte deles ou mesmo todos sejam contratos sem termo. “Valorizar o Interior não é só falar dele e dos seus problemas. É apostar em novas dinâmicas, criar riqueza com os produtos das regiões, apostar no turismo, na floresta, na agricultura, mas sobretudo nas pessoas. É preciso trazer cá as pessoas, como a UGT tem feito”.

## RESPEITO PELOS BANCÁRIOS

No seu discurso, o secretário-geral não esqueceu a luta que a Febase trava atualmente em relação aos aumentos salariais. “Em 2018, num período de crescimento económico, de consolidação do nosso cenário macroeconómico, com redução do desemprego, da dívida pública, com controlo do défice, eis o setor bancário a dizer à Febase que lhe apresenta uma proposta de 0,4%, claramente em contraciclo com o crescimento da economia portuguesa. Não é possível encarar estas atitudes de forma séria”, referiu.

Carlos Silva, também ele bancário de profissão, manifestou o apoio da UGT aos sindicatos da Febase. “São os trabalhadores bancários os que mais têm sofrido com os desvários e desmandos que aconteceram no setor bancário. São eles que dão a cara perante os clientes, tentando responder por decisões levianas que foram tomadas pelos gestores. São eles que transmitem confiança aos clientes para se manterem vinculados aos bancos, perante o clima de suspeição, de dúvida e incerteza quanto ao futuro das suas aplicações.”

## APELO À BANCA

O secretário-geral deixou ainda um apelo aos conselhos de administração da banca que atuam em Portugal. “Os trabalhadores do setor bancário são o ativo mais importante da banca e não podem ver o seu esforço, dedicação e sofrimento recompensados com um aumento salarial que deve fazer corar de vergonha quem o propõe. Haja decência! Esta ►





## UGT repudia cobertura jornalística

Num comunicado assinado pelo secretário-geral Carlos Silva, a UGT repudiou o comportamento de alguma comunicação social em relação às comemorações em Figueiró dos Vinhos. "...ficámos, de facto, estupefactos perante as notícias, ou a notícia, elaborada por um 'jornalista' que depois a retransmitiu à restante imprensa escrita, afirmando que no Jardim municipal 'estava um (1) milhar de pessoas, na maioria idosas.' É de facto vontade em apoucar a central sindical UGT e os seus sindicatos e filiados.

(...) Mas mais do que a contagem e o número de presenças, importa é que, 44 anos depois de Abril e numa festa de trabalhadores, existam pessoas (ou 1 pessoa apenas, não sabemos) que escrevam inverdades, que só podem ter um objetivo soez – minimizar o impacto das comemorações do 1.º de Maio da UGT., pode ler-se no comunicado.

- proposta não serve o clima de paz que os Sindicatos sempre defenderam. Assumam perante o País que os trabalhadores bancários merecem mais e melhor. Esta é uma reivindicação da UGT, do 1.º de Maio, dos trabalhadores de todo o setor."

### SALÁRIO MÍNIMO PARA SUBIR

Tal como havia anunciado, a UGT apresentará uma proposta de aumento do salário mínimo para os 615 euros no

O líder da central também não esqueceu os reformados. "Temos de incluir a discussão da Segurança Social, a sua sustentabilidade e a idade da reforma. Temos muitos reformados que dedicaram a sua vida ao País e que hoje se veem muitas vezes espoliados da reforma para a qual descontaram. É injusto que os trabalhadores sejam penalizados no acesso à reforma quando descontaram uma vida para esse efeito. A UGT mantém a sua premissa de que o acesso à reforma deve ser aos 60 anos de idade e aos 40 de descontos efetivos."

### CADUCIDADE

Para Carlos Silva, importa assumir que a caducidade tem mesmo de ser contrariada, já que o Governo a irá manter no Código do Trabalho. "O decurso do tempo não pode ser o único fator para que os empregadores invoquem a caducidade das convenções. Isso destrói a construção de direitos alcançados pelos trabalhadores em sede de diálogo social e mina a confiança entre trabalhadores e empresários. Importa obrigar quem denuncia convenções coletivas a fundamentar o porquê da denúncia e a justificar os verdadeiros objetivos dessa decisão. Na maioria dos casos mais não são do que simples argumentos para destruir direitos e reduzir custos através dos salários".

A terminar, o líder da central sindical manifestou o apoio da UGT à proposta do Governo de combate à discriminação entre géneros, revelando que os cargos de administração no setor público e privado, nos partidos políticos ou nas autarquias devem passar a contar com mais elementos



próximo ano. Na opinião de Carlos Silva, esta é uma bandeira de que a UGT não abdicará. "O salário mínimo não pode nem deve servir para jogos de política partidária ou de poder. É dos sindicatos, é dos trabalhadores e é dos empregadores. Não queremos que os direitos dos trabalhadores se joguem na arena política mas sim entre os seus principais atores."

do sexo feminino. "Não é possível continuarmos, em pleno século XXI, a aceitar que as mulheres recebam, em média, menos 20% de salário do que os homens, apenas pelo facto de serem mulheres".

A frase que marcou o final do discurso do líder da central sindical foi inequívoca: "A UGT faz falta aos trabalhadores! A UGT faz bem a Portugal!"





## A emoção de uma terra

À margem das comemorações do 1.º de Maio, esta foi também uma ocasião para homenagear as vítimas mortais e os sobreviventes do incêndio que assolou a região em junho do ano passado

**D**urante a manhã, uma comitiva da UGT liderada pelo secretário-geral Carlos Silva juntou-se aos presidentes das Câmaras Municipais de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, respetivamente Alda Correia, Jorge Abreu e Valdemar Alves, para uma visita a vários pontos da região.

O primeiro ponto de paragem foi o quartel dos bombeiros de Castanheira de Pera. Além dos autarcas, estiveram presentes os comandantes das respetivas corporações e três bombeiros sobreviventes do incêndio, Rui Rosinha, Fernando Tomé e Filipa Rodrigues.

### RESISTÊNCIA

Depois da visita ao quartel, o grupo deslocou-se a uma empresa de serração na pequena povoação da Moita, um exemplo nobre na região, uma vez que ficou completamente destruída mas conseguiu reerguer-se, manteve

todos os 45 postos de trabalho e opera atualmente a 40% da sua capacidade.

"Importa não esquecer o que aconteceu no ano passado, mas também importa relevar para todo o País e para o mundo os bons exemplos de resiliência, de resistência, de vontade em dar esperança de novo aos trabalhadores e ao País", salientou Carlos Silva.

### HOMENAGEM

No momento mais emotivo do dia, a comitiva parou na zona onde ocorreu o embate do autotanque dos bombeiros de Castanheira de Pera, na fatídica EN236-1, de que resultou a morte do bombeiro Gonçalo Conceição.

Fernando Tomé explicou como aconteceu o acidente naquele dia e não esqueceu o colega falecido. "O Gonçalo não está fisicamente mas estará sempre connosco. Agora temos de recuperar as nossas mazelas, é preciso esperança."

Também Carlos Silva deixou umas palavras de homenagem aos bombeiros. "A UGT está hoje aqui para prestar a sua solidariedade às nossas terras, às pessoas, aos cidadãos e aos bombeiros. Estaremos com os bombeiros, porque se são culpados de alguma coisa, é de dedicarem a sua vida aos outros, à segurança, à prevenção".

Uma coroa de flores foi depositada junto ao local do acidente e foi cumprido um minuto de silêncio em homenagem às vítimas mortais. ▶

Seguradoras Unidas, Zurich e Fidelidade

## Negociação prossegue em várias mesas

Sindicatos da Febase estão a negociar Acordos de Empresa e de Grupo



**N**a sequência do que já sucedeu com as empresas do Grupo AGEAS, e integrando depois as empresas do Grupo Ocidental, a negociação de Acordos de Empresa ou Acordos Coletivos de Trabalho específicos para cada Companhia de Seguros e/ou Grupo de Empresas é uma realidade cada vez mais atual.

Assim sendo, durante o mês de abril realizou-se mais uma reunião com as Seguradoras Unidas, prosseguindo as negociações em maio.

Foram negociados os termos do primeiro Capítulo do futuro Acordo de Empresa, sendo intenção das partes negociar os termos de um capítulo por reunião, tendo em vista a existência de um instrumento de regulamentação coletiva específico e no qual os trabalhadores daquela empresa se revejam.

Também na Fidelidade se realizou mais uma ronda negocial em abril, prosseguindo os trabalhos com avanços

importantes, e mantendo o STAS e o SISEP em vista a manutenção de vários direitos e garantias dos trabalhadores. Os trabalhos prosseguem em maio, em cumprimento do calendário estipulado.

Ainda no mês de abril realizou-se a segunda reunião entre a Zurich e a Zurich Vida e os sindicatos da Febase, com a discussão do primeiro Capítulo do futuro instrumento de regulamentação coletiva de Trabalho, bem como pormenores e procedimentos relativos ao protocolo negocial entre as partes.

Nestas negociações, os sindicatos fazem-se representar por elementos da Direção Nacional, e por representantes sindicais da Zurich e da Zurich Vida, de forma a elevar o conhecimento sobre a realidade das empresas em questão.

Foi estabelecido o calendário das negociações até janeiro de 2019, estando a próxima reunião agendada para o dia 25 de maio. ■

Mediação e corretagem

## Mais um avanço para novo CCT

**A**s negociações entre os Sindicatos da Febase e a APROSE para um novo CCT do setor da mediação e corretagem prosseguem dentro da normalidade, tendo as partes conseguido novo avanço relevante nas matérias consensualizadas.

Mantém-se a vontade das partes de chegar a um novo Contrato Coletivo de Trabalho, mais atualizado não só relativamente à legislação, como à própria realidade atual do setor.

O texto base do Contrato Coletivo de Trabalho em vigor atualmente remonta já a 1999, urgindo atualizações em benefício de todos os envolvidos.

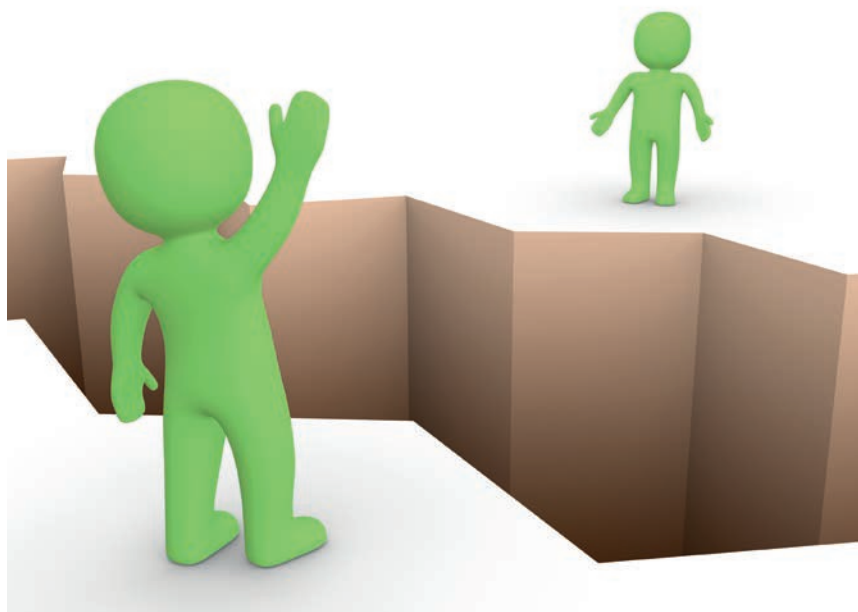


## Revisão salarial do ACT

# Uma mão cheia de nada

Mais uma sessão de negociações perdida. Os representantes das IC insistiram numa conversa falaciosa e inconclusiva, sem apresentarem novos valores

Textos | Inês F. Neto



A quarta ronda negocial entre o Grupo Negociador das IC e o Grupo Negociador da Febase relativa ao aumento da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária para 2018 decorreu no dia 9 de maio.

Embora na sessão anterior se tenha comprometido a reformular a sua proposta inicial, o Grupo Negociador das IC apresentou-se com uma mão cheia de nada, escudando-se na falta de mandato.

É com muita decepção e alguma revolta que o Grupo Negociador da Febase interpreta a posição de prepotência que o Grupo Negociador das IC tem desde o início das negociações, mantendo a sua proposta de aumentos de 0,4% aos trabalhadores bancários (reformados e ativos), tanto mais que grande parte dos seus argumentos não são consentâneos com as recentes notícias vindas a público.

Os bancários estão a perder poder de compra há já vários anos, razão pela qual exigem das instituições de crédito

uma postura séria, verdadeiramente dialogante, e não uma conversa falaciosa e inconclusiva, a que se assiste por parte do Grupo Negociador que as representa.

Os bancários, numa altura de recuperação económica após uma década de cortes, despedimentos, rescisões e perda de regalias, exigem:

- Reposição de poder de compra;
- Reconhecimento;
- Respeito.

Os bancários (reformados e ativos) e o seu Grupo Negociador não se revêm nestas formas falaciosas e dilatórias dos interlocutores, atitudes estas que atentam contra o clima de paz social que, apesar da recente crise, têm imperado no setor.

Ficou marcada nova reunião para o dia 22 de maio, na qual o Grupo Negociador das IC se comprometeu, mais uma vez, a apresentar uma evolução na sua proposta. ■

## Febase quer convenção coletiva para o Banco CTT



A Febase reuniu-se com a Administração do Banco CTT para analisar a possibilidade de se enquadrar os trabalhadores da instituição numa convenção coletiva de trabalho

A reunião entre a Febase e o Banco CTT começou com uma breve dissertação da Administração sobre o atual estado da instituição, com especial enfoque nos prejuízos apresentados.

A Administração referiu ainda o facto de o banco ser uma organização muito recente e que não pode ser afastada do contexto dos CTT, além ter um quadro de pessoal de cerca de 200 trabalhadores.

Deu-se então início à discussão sobre a possibilidade de o Banco subscrever um Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho, tendo as partes fundamentado as suas posições.

Face ao que foi exposto, a Administração solicitou algum tempo para reanalisar a sua posição, tendo em vista um compromisso futuro.

Ficou já agendada uma próxima reunião, a realizar durante o mês de outubro. ■



## Febase indignada com decisões da administração do BCP

**Primeiro foi o perdão de dívidas, agora a proposta aos acionistas para o pagamento de uma contribuição de 4,9 milhões de euros para o fundo de pensões da Comissão Executiva do banco. Percebe-se porque a administração do Millennium bcp nem sequer responde à proposta de aumentos salariais da Febase**

A Febase tomou conhecimento, através da comunicação social, que a administração do Millennium bcp vai colocar à apreciação da Assembleia-Geral do banco, a 30 de maio, uma proposta para o pagamento extraordinário de 4.920.236 euros para o fundo de pensões exclusivo dos membros da Comissão Executiva do banco.

Esta proposta segue-se ao conhecimento da subida de 81,7% do valor das remunerações da Comissão Executiva face a 2016, justificada pela reposição dos salários dos gestores, que sofreram um corte de cerca de 22% durante o período em que o banco recebeu ajuda estatal. O total bruto das suas remunerações atingiu 3,779 milhões de euros em 2017.

Recorde-se que, no mesmo período e ao abrigo do Memorando de Entendimento, o banco congelou e diminuiu rendimentos dos seus trabalhadores – os salários brutos superiores a mil euros sofreram cortes de 3% a 11% –, situação que ainda não foi totalmente reposta e reparada.

E enquanto a Comissão Executiva trata dos seus interesses, mantém um ensurdecido silêncio sobre aumentos salariais este ano para os trabalhadores.

Quanto ao fundo de pensões dos trabalhadores, cuja contribuição se encontra suspensa, não consta existir qualquer proposta de pagamento para apresentar na Assembleia-Geral.

A Febase não deixará de manifestar o seu mais enérgico repúdio por esta atuação da Comissão Executiva, que é atentatória da dignidade dos trabalhadores do banco, que todos os dias dão a cara pela instituição.

A recuperação do Millennium bcp muito deve aos seus trabalhadores, que durante anos suportaram a situação do banco de cabeça erguida, com consequências nos seus salários, na vida das suas famílias e até, para muitos, no seu emprego.

É natural o aprofundamento da deceção e revolta dos trabalhadores face à perda sucessiva de condições de trabalho, à recusa de aumentos de retribuições e à recusa de apresentação de uma proposta de atualização salarial.

### PERDÃO DE DÍVIDAS

Não há dinheiro para aumentar condignamente os salários dos trabalhadores, mas há folga suficiente nas contas do banco para perdoar milhões de euros de dívida a instituições.

Atos de gestão danosa como o perdão de dívidas têm de merecer veemente condenação por parte dos trabalhadores bancários, sublinhando-se que tornam ainda mais imorais e ilegítimos o agravamento das referidas condições de trabalho e a recusa de aumentos salariais.

Os trabalhadores do BCP merecem respeito. E a Febase tudo fará para defender os seus interesses. ▀



# Como será o novo sindicato nacional

Tal como havíamos referido no Editorial do número anterior, continuamos a publicar perguntas e respostas a questões que seguramente interessam aos sócios dos Sindicatos que integram a Febase e que acompanham o processo de debate interno que se vem realizando há vários anos

Texto | Delmiro Carreira



**P – Qual o interesse de agregar trabalhadores bancários e trabalhadores dos seguros?**

R – Hoje em dia as funções do setor bancário e as da área dos seguros cada vez mais se cruzam. Trabalhadores bancários vendem seguros associados à concessão de crédito, enquanto os do setor segurador colocam alguns produtos financeiros. Esta é de há muito a prática dos sindicatos europeus, tendo em vista, também, a constituição de grandes organizações de trabalhadores da área dos serviços.

**P – Existindo, hoje, algumas diferenças entre as tabelas de comparticipação em vigor nos três SAMS, no custo suportado pelos beneficiários, como se processará a necessária convergência, no âmbito de uma nova organização resultante da fusão?**

R – O grande objetivo que se visa com a criação deste novo sindicato é o de tornar a organização mais resiliente, capaz de prestar mais e melhores serviços aos seus associados.

A atribuição de comparticipações aos beneficiários do SAMS é uma das principais linhas dessa mesma prestação de serviços e, por isso, merecerá uma especial atenção.

Estando fora de causa a uniformização, por baixo, das tabelas, a convergência terá de se processar gradualmente, de molde a que os beneficiários, independentemente do seu local de trabalho ou residência, tenham as mesmas comparticipações sempre que se verifiquem as mesmas condições na prestação dos atos médicos, que como se sabe não são iguais em todo o País.

**P – As atividades desportivas, culturais e de ocupação de tempos livres que os cinco Sindicatos proporcionam vão manter-se?**

R – A criação do novo sindicato implica um sério compromisso com um sindicalismo de proposição que incorpore uma vertente de prestação de serviços de interesse para os sócios e seus familiares.

É neste enquadramento que se situam as atividades implícitas na pergunta, as quais terão todas as condições para se desenvolverem. A nível regional essa poderá ser uma função importante a desempenhar pelas delegações.

**P – O que vai suceder com o património de cada Sindicato?**

R – Como acontece nos processos de fusão das empresas, a nova entidade vai receber todos os bens ativos e passivos de cada um dos sindicatos que participarem no processo de fusão. Isto significa que os créditos ou as responsabilidades das organizações fusionadas passam todas para o novo sindicato.

**P – Os Estatutos que têm vindo a ser discutidos contemplam alguma redução nos corpos gerentes em relação ao conjunto dos atuais cinco Sindicatos?**

R – Haverá uma redução muito significativa. Por exemplo, a Direção terá 24 elementos (19 efetivos e 5 suplentes), quando agora o total dos membros dos órgãos equivalentes é superior a 50. Situação idêntica verificar-se-á também com a Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Geral. ▶



Atividade de mediação de seguros

# A salvaguarda de aplicação da contratação coletiva

Apesar da Portaria de Extensão em vigor, muitas empresas não cumprem o Contrato Coletivo de Trabalho. Torna-se imperativo e importante assegurar as mesmas condições a todos os trabalhadores

O Contrato Coletivo de Trabalho para a atividade de mediação de seguros foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 13, de 8 de abril de 1999, tendo o mesmo sofrido sucessivas alterações, nomeadamente das tabelas salariais e das cláusulas de expressão pecuniária, apesar de o texto base daquele instrumento de regulamentação coletiva (IRCT) se manter praticamente inalterado até aos dias de hoje.

Na sequência da negociação havida em 2008, viria a ser publicado o texto consolidado deste mesmo Contrato Coletivo de Trabalho, celebrado entre a APROSE, à época denominada Associação Portuguesa de

Produtores Profissionais de Seguros, e o STAS (Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora) e o SISEP (Sindicato dos Profissionais de Seguros), que viria a ser publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 20, de 29/05/2008.

A última alteração ao Contrato Coletivo de Trabalho em causa viria a ocorrer em 2009 (BTE n.º 35 de 22 de setembro de 2009), sendo atualizadas a tabela salarial e demais cláusulas de expressão pecuniária. Até hoje, não houve mais alterações ao clausulado, em resultado, em primeiro lugar, da crise que assolou o País e o setor, e em segundo lugar, de várias reestruturações havidas na Associação de Empregadores.



Assim sendo, até ao presente é este o instrumento de regulamentação coletiva em vigor, vinculando empregadores e trabalhadores, os primeiros desde que estejam representados pela associação patronal outorgante, e os segundos desde que estejam filiados num dos dois sindicatos (em resultado, aliás, do princípio da dupla filiação, previsto no artigo 496.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

## PORTARIA DE EXTENSÃO\*\*

Com vista a aproximar os estatutos laborais dos trabalhadores e as condições de concorrência entre as empresas do setor, foi publicada a Portaria de Extensão n.º 27/2010, de 11 de janeiro (Diário da República, n.º 6 de 11 de janeiro). Tal como referido no preâmbulo da referida Portaria, “a extensão da convenção tem, no plano social, o efeito de uniformizar as condições mínimas do trabalho dos trabalhadores e, no plano económico, o de aproximar as condições de concorrência entre empresas do mesmo setor”.

Se por vezes (aliás, na grande maioria das situações), as Portarias de Extensão podem trazer efeitos nefastos, mormente para o exercício da atividade sindical, ao alargar as condições negociais aos não sindicalizados (o que afasta naturalmente os trabalhadores dos Sindicatos, por beneficiarem das mesmas condições), noutras situações (como a que aqui se analisa), é uma forma de assegurar também a aplicação das condições contratualizadas aos trabalhadores filiados nos Sindicatos outorgantes, que trabalham em empresas não representadas pela associação de empregadores.

Na realidade, num setor como este aqui em apreço, a Portaria de Extensão tem a “vantagem de estabilização e normalização das relações laborais”, em pelo menos dois prismas: num plano mais imediato e noutro mais estratégico.

No plano imediato, há uma dimensão de equidade e normalidade das relações de trabalho, que faz com que pessoas que trabalham lado a lado, ou com funções relativamente similares, tenham enquadramentos normativos também similares. No fundo, esta portaria pretende garantir que a lei é aplicada de forma equitativa a todos os trabalhadores.

Em termos estratégicos, as empresas têm vindo a argumentar que a portaria de extensão mitiga o risco de concorrência desleal, pois sem extensão, há empregadores que podem praticar condições abaixo das negociadas em contratação coletiva — basta que não estejam filiados na estrutura que negocia o contrato coletivo. Basicamente, consegue garantir-se que, num fator importante para a competitividade das empresas, o “terreno de jogo” em que se colocam tem basicamente as mesmas regras.

## INCUMPRIMENTO

Num contexto em que existem milhares de mediadores, alguns deles com estruturas pequenas e, nomeadamente, com poucos trabalhadores, torna-se imperativo e importante assegurar as condições do Contrato Coletivo de Trabalho a todos, mesmo que esses pequenos mediadores não sejam filiados na APROSE.

Ainda para mais quando, em 2015, a ANACS - Associação Nacional de Agentes e Corretores de Seguros, foi incorpo-

rada na APROSE, passando a existir uma única Associação, que visa defender os interesses da mediação profissional, mantendo-se em vigor o CCT atrás indicado, que abrange todo o setor.

Apesar do exposto, e do enquadramento efetuado, o que se tem, no entanto, vindo a verificar é o incumprimento dos termos do instrumento de regulamentação coletiva, em grande parte por empresas não associadas na APROSE, mas que têm de cumprir os princípios, direitos e benefícios ali insertos, em decorrência da Portaria de Extensão, também ela em vigor.

Ora, desde empresas que, contrariamente ao que o CCT prevê, estipulam um período normal de trabalho de 40 horas (contrariando as 35 horas previstas contratualmente); que estabelecem subsídios de alimentação reduzidos ou inexistentes (quando no setor, o valor estipulado é de, pelo menos, € 7,80 diários); que detêm trabalhadores enquadrados como “estagiários” ou “empregados dos serviços gerais”, quando exercem efetivamente funções correspondentes a categorias mais qualificadas; ou quando há trabalhadores que detêm retribuições mensais pouco superiores à Retribuição Mínima Mensal Garantida, violando claramente os valores mínimos constantes da tabela salarial em vigor...

## AMEAÇAS

Na prática, há toda uma panóplia de situações violadoras da regulamentação em vigor, e que abarcam muitos trabalhadores que acabam por se sujeitar a condições menos “dignas”, apenas e tão só pelo receio de, ao reclamarem os seus direitos, virem a sofrer represálias ou, no limite, verem cessado o seu contrato de trabalho. Muitas “ameaças” são proferidas, umas de forma direta e clara, outras em surdina ou de forma encapotada, mas que muitas vezes levam os trabalhadores a reprimir os seus intentos de ver reposta a legalidade.

O STAS alerta os seus associados, por variadíssimas formas e meios, dos direitos e do enquadramento a que estão sujeitos, sendo certo que em algumas situações já teve de requerer a intervenção da Autoridade para as Condições de Trabalho, com vista à regularização das relações laborais, já para não falar também de recurso aos tribunais.

Num momento em que foram retomadas as negociações do Contrato Coletivo de Trabalho, mantemos a nossa preocupação para que o setor seja regido por normas uniformes, e que nomeadamente os trabalhadores estejam devidamente salvaguardados, com condições equilibradas e equitativas.

Torna-se cada vez mais premente manter uma atenção redobrada às condições de trabalho disponibilizadas pelas empresas aos seus trabalhadores, dado que são estes que são o “motor” e força imprescindível para o sucesso das mesmas.

O STAS, e nomeadamente os Serviços Jurídicos, mantém-se inteiramente disponível para os seus associados, trabalhadores de empresas de mediação e de corretores de seguros, de forma a melhor os esclarecer e apoiar na prossecução da sua atividade, acima de tudo em cumprimento dos ditames da Lei e da regulamentação coletiva. ▀

\*Advogada do STAS

\*\*Subtítulos da responsabilidade da Redação



# Reforçar o papel social da União

A Europa tem vindo a falhar na constituição de um projeto credível de direitos sociais, sendo esse estatuto constantemente desvalorizado. O Pilar Europeu dos Direitos Sociais criou condições para uma Europa mais coesa, mas segundo este artigo da investigadora Maria Bafaloukou, o caminho passa também por uma Carta Social Europeia



Maria Bafaloukou\*

O objetivo fundamental da União Europeia (UE), projetado no Tratado de Lisboa, foi o de criar uma “economia social de mercado”, com um compromisso claro com o pleno emprego, a proteção social e uma política eficaz de luta contra a pobreza.

Embora princípios como o da não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade sejam referidos no Tratado da União Europeia, o estatuto social da UE tem sido seriamente desvalorizado em tempos de crise. Por conseguinte, os líderes da União Europeia estão obrigados a inverter este resultado e a lidar com a crítica de que a União não dispõe dos instrumentos legais adequados para promover uma agenda social forte.

A iniciativa do Presidente da Comissão Europeia de reforçar a dimensão social da União conduziu ao denominado Pilar Europeu dos Direitos Sociais (EPSR), que foi assinado conjuntamente pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho e pela Comissão.

Esta iniciativa mostra que as instituições europeias ainda reconhecem a necessidade de a Europa estar devidamente equipada com uma dimensão social vigorosa e tangível. Apesar das críticas de que o Pilar é um documento juridicamente não vinculativo, ele oferece uma oportunidade única de promover parcerias fortes no processo de governação europeia socioeconómica.

## FERRAMENTA ESSENCIAL\*\*

A “Europa Social” precisa de reorientação através de ações concretas que ajudarão a reduzir as deficiências existentes. A adesão da UE à Carta Social Europeia (ESC) seria uma iniciativa com uma infinidade de vantagens, principalmente no aproveitamento da dinâmica da reforma social num período de turbulência económica.





# ção Europeia

A ECS foi adotada no âmbito do Conselho da Europa em 1961. Pretendia ser a contrapartida, no domínio dos direitos económicos e sociais, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem de 1950 (ECHR), a principal conquista do Conselho da Europa no domínio dos direitos humanos.

No entanto, a ECS foi largamente ignorada no que diz respeito à proteção dos direitos fundamentais na UE. O Tribunal Europeu de Justiça (ECJ) fez referência à ECS em vários casos. Por outro lado, devido ao sistema "à la carte" da ECS, o Tribunal considera alguns dos direitos fundamentais como princípios do Direito europeu, em conformidade com o artigo 151.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE).

## LIGAÇÃO

Discutir uma possível "sinergia" entre a Carta Europeia dos Direitos Fundamentais (ECFR) e a Carta Social Europeia é significativa, pois é quando a ESC já amadureceu significativamente, especialmente em comparação com a ECFR, que não evoluiu muito apesar da legitimidade obtida com o Tratado de Lisboa.

O facto de os direitos sociais serem mencionados mais frequentemente como princípios e não como direitos criou uma questão controversa no que diz respeito à aplicabilidade dos direitos. Além disso, a falta de vontade dos redatores da ECFR em alinhar o status da Carta Social Europeia com a da Convenção Europeia de Direitos Humanos representa outra séria limitação. Nesse sentido, por que é que a UE e o

## Maria Bafaloukou

Conselho da Europa não combinam esforços para resolver a debilidade da legitimidade da "Europa Social"?

### PASSOS

Ao longo dos últimos anos, o Conselho da Europa lançou o Processo de Turim (da ECS) e deu passos cruciais na proteção dos direitos sociais.

O Processo de Turim visa reforçar o sistema de tratados da Carta Social Europeia em termos da sua relação com a lei europeia. A orientação dessas ações destina-se a alinhar os Estados-membros e respetivos cidadãos pelos valores da Carta e oferece um passo significativo para o processo de união, funcionando ao mesmo tempo como a constituição social da Europa.

Finalmente, o Comité Europeu dos Direitos Sociais, com sede no Conselho, tem-se mostrado bastante ativo na busca de várias restrições aos direitos sociais devido a medidas de austeridade, como no caso da Grécia.

### ADESÃO

A UE pode aderir à Carta Social Europeia com base no artigo 216.º do TFUE. A ideia de adesão também foi mencionada em 1984, quando o Parlamento Europeu adotou o projeto de Tratado que institui a União Europeia, amplamente referido como o "Tratado Spinelli". O capítulo 1 (artigo 4. 2) refere-se aos "direitos económicos, sociais e culturais decorrentes das Constituições dos Estados-membros e da Carta Social Europeia".

As iniciativas tomadas durante a preparação política para abraçar a adesão podem desempenhar um papel positivo na opinião pública europeia, uma vez que indubitavelmente indicam que a UE está igualmente empenhada no estabelecimento do mercado interno e na criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça, incluindo a justiça social, onde o igualitarismo prevalece em termos de direitos civis, políticos, económicos e sociais.

### OPORTUNIDADE

O projeto incompleto de constitucionalização dos direitos sociais deve chegar a uma conclusão final. O compromisso europeu com os direitos sociais é essencialmente de natureza retórica, sendo através dos anos o calcanhar de Aquiles da "Europa Social".

Com base nisso, as condições políticas e económicas podem ser propícias para reverter o declínio dos direitos sociais. Dado que o ultracrítico Reino Unido já não é um "antagonista" da Europa Social devido à recente votação do Brexit, medidas concretas através do Pilar Europeu podem corroer as divergências económicas e sociais entre os Estados-membros que colocam em risco a coesão política da Europa. Tanto esta como a ameaça representada pela ascensão de partidos de extrema-direita devem motivar a Europa a repensar o seu papel geopolítico – e, na verdade, a sua própria natureza. ■

\* Maria Bafaloukou é investigadora no Instituto de Relações Internacionais e possui um doutoramento da Universidade de Panteion, em Atenas, estando a desenvolver uma tese sobre o Estado Social na integração europeia.

\*\* Subtítulos da responsabilidade de redação

# UGT debate fundos de pensões na negociação coletiva



Carlos Marques e Rui Riso relataram a experiência sindical no setor financeiro

A importância dos regimes complementares na sustentabilidade futura do sistema de Segurança Social esteve em foco numa sessão de sensibilização promovida pela central sindical. A experiência nos setores bancário e de seguros foi apresentada por dois vice-presidentes da Febase

“Fundos de Pensões e a sua criação ao nível da negociação coletiva” foi o tema de uma ação de sensibilização destinada a negociadores sindicais, promovida pela UGT a 10 e 11 de abril.

Na sessão foi abordada a importância dos regimes complementares, individuais ou coletivos, na sustentabilidade futura do sistema de Segurança Social, dando especial enfoque ao

regime previdencial, normalmente designado como regime contributivo.

O primeiro dia da ação foi essencialmente dedicado à experiência sindical existente nesta área, e às perspetivas que as entidades gestoras dos fundos de pensões detêm relativamente à gestão e ao futuro funcionamento destes regimes complementares.

No primeiro painel, composto pelos presidentes e secretários-gerais da área Financeira e do Sector Empresarial do Estado, participaram Rui Riso e Carlos Marques, respetivamente presidentes do SBSI e do STAS, e vice-presidentes da Febase.

No painel, os oradores relataram as suas experiências ao nível da negociação coletiva, nomeadamente no que se refere ao processo de criação, funcionamento e gestão destes regimes complementares nos respetivos setores.

## EUROPA

No dia 11, os oradores convidados abordaram os vários modelos de repartição e de capitalização para o regime de pensões conhecidos na Europa, assim como as vantagens e vicissitudes do nosso regime previdencial, sobretudo na ótica da sua sustentabilidade futura.

Esta ação pretendeu ser a base para uma reflexão mais profunda sobre os caminhos e linhas orientadoras no sentido do reforço estrutural do sistema de Segurança Social, e do aprofundamento, adequação e diversificação das suas fontes de financiamento, e de uma proteção social mais justa e eficaz, ajustada às novas realidades sociais.

A iniciativa foi realizada no âmbito do POISE, visando a promoção da sustentabilidade e a qualidade do emprego. ■







## Do convento à serra



**As Caminhadas Febase levaram cerca de três dezenas de pessoas até Sintra, para uma visita ao Convento dos Capuchos e um passeio pela serra**

A manhã do dia 22 de abril começou com chuva intensa, o que adivinhava um passeio encharcado. No entanto, São Pedro deu tréguas quando o grupo de cerca de 30 pessoas começou a reunir-se junto à bilheteira do Convento dos Capuchos, o primeiro ponto de visita do dia.

Durante duas horas, o grupo conheceu o Convento e ouviu histórias bastante interessantes de outros tempos contadas pelo guia, o Professor Moutinho Borges.

A simplicidade e magia dos espaços onde os frades viveram, as plantas e o imaginário próprio do lugar deixaram os participantes deliciados e cada momento da visita foi aproveitado ao máximo. O grupo ficou satisfeito pela visita e pela “aula” de Moutinho Borges.

### VERDE SAUDÁVEL

Por volta das 12h30, e para preparar convenientemente o passeio da tarde, o grupo “sacou” do farnel porque a fome começava a apertar.

A segunda etapa do programa consistiu num passeio pedestre pela serra de Sintra, num total de 12 quilómetros, onde os participantes puderam ver o cenário em todo o seu esplendor. A partida aconteceu do parque de estacionamento do Convento dos Capuchos.

Ao longo do percurso foi possível avistar o mar e a costa do Guincho, numa paisagem magnífica que se via do lado ocidental da serra de Sintra.

Chegados à barragem do rio da Mula foi tempo de fazer uma pausa para descanso e para contemplar a beleza da albufeira.

Antes do final, o grupo ainda teve oportunidade de seguir uma ribeira através de um bosque.

Terminada a etapa, o cansaço era visível mas também a satisfação por mais uma prova completada e um dia bem passado. ▀





Exercício de 2017

## Conselho Geral aprova Relatório e Contas

**Além do balanço do exercício do ano passado, os conselheiros ficaram a par das atividades programadas para breve**

Texto | Patrícia Caixinha

O Conselho Geral do STAS reuniu-se no dia 13 de abril, em Lisboa, na sede do Sindicato. A sessão contou com a presença dos seus conselheiros gerais, que vieram de todas as partes do País.

Em discussão, o Relatório de Atividades de 2017, bem como as Contas do Exercício do ano. Ambos os documentos foram aprovados por unanimidade.

No que diz respeito ao Relatório de Atividades, a Direção fez um balanço sobre a contratação coletiva, nomeadamente as atualizações da tabela salarial e as negociações e acordos de adesão ao ACT, que se verificaram durante o ano passado.

Foram igualmente referidos os diversos contactos com os trabalhadores de diversas empresas, as reuniões com as administrações e com os recursos humanos, bem como as variadas deslocações e visitas efetuadas pelo País.

Foram também quantificadas as reuniões de Conselho Geral e a Assembleia de Delegados Sindicais realizadas.

Ainda na vertente sindical, o Relatório abordou a Campanha de Sindicalização realizada durante o ano de 2017, com a distribuição de 4000 tapetes de rato, 5000 canetas e 2500 fitas STAS.

Também na parte político-sindical, prestou-se informação sobre os diversos órgãos onde o STAS tem representação: UGT, Febase, Jovens Seguros.

### ATIVIDADE JURÍDICA

Em termos de apoio jurídico aos sócios durante 2017, verificaram-se 3.284 atendimentos efetuados pelos Serviços Jurídicos do Sindicato. Foram ainda quantificadas as queixas efetuadas à ACT; as ações colocadas em Tribunal; as Providências Cautelares e os Processos de Conciliação promovidos pelo STAS; pedidos de Resolução de Conflitos por aplicação do ACT e Processos Disciplinares; Julgamentos; Celebração de Acordos e Emissão de Pareceres, que fizeram parte da atividade jurídica desenvolvida durante o referido ano.

Houve ainda, no que concerne à político-sindical, a referência às cerimónias de entrega de emblemas e festas de Natal realizadas nas diversas Secções Regionais.

### CONTAS POSITIVAS

Na vertente da Comunicação, o Turismo e Lazer, elencaram-se as viagens promovidas pelo Sindicato; a participação nas Atividades Outdoor da Febase; a participação no Concurso FotoFebase e na Revista Febase; e a Universidade Sénior – aspetos de destaque nas atividades realizadas em 2017.

Relativamente às Contas do Exercício, o destaque foi para o facto de o Sindicato ter apresentado em 2017 um resultado po-

sitivo, espelhando o rigor e a disciplina durante o ano em análise, não obstante a diversa atividade sindical da Direção, com deslocações em todo o País.

A situação do setor e da contratação coletiva, e o Sindicato Único, foram também pontos na ordem de trabalhos deste Conselho Geral.

### AÇÕES AGENDADAS

No ponto das informações, a Direção deu a conhecer diversas atividades que o STAS vai promover e organizar para os seus associados, totalmente gratuitas, nomeadamente uma atividade de batismo de surf e bodyboard, um passeio de bicicleta pela Ilha do Baleal e um pedipaper dentro da Vila de Óbidos, já no próximo dia 19 de maio.

Agendadas estão também uma atividade do Dia da Criança a 2 de junho no ringue da Junta de Freguesia de Benfica, com insufláveis, circuito de carros, pinturas faciais, modelagem de balões, batalha de almofadas, música ambiente e jogos de música; e ainda a reedição do SUP – Stand Up Paddle, marcada para 9 de junho na Praia do Ouro, em Sesimbra.

Finalmente foi ainda apresentado e aprovado a constituição de um Fundo de Apoio Sindical, designado de Fundo Sindical de Apoio (FAS), e o respetivo Regulamento, destinado a prestar auxílio a sócios/as e seus familiares que necessitem de apoio relativo a despesas com educação, funeral, reparação ou beneficiação de habitação, ou outras de elevada relevância. ■



## Criado Fundo de Apoio Sindical

# Sócios com mais apoio social



Os associados do STAS têm, desde 1 de maio, um novo serviço ao seu dispor, para ajudá-los nos momentos difíceis

Mário Rúbio

Aprovado em Conselho Geral na sessão realizada no mês de abril, foi criado o Fundo de Apoio Sindical (FAS), que se destina a apoiar, através de empréstimos, os sócios do STAS que venham a necessitar

de auxílio económico para fazer face a algumas situações imprevisíveis.

Este novo serviço está disponível desde o dia 1 de maio. O acesso a este fundo é feito nas condições previstas no Regulamento, que se encontra disponível no site do Sindicato – [www.stas.pt](http://www.stas.pt), no espaço de-

dicado ao sócio. Ali poderão encontrar as condições de acesso, bem como os valores disponíveis para cada situação e ainda a forma de reembolso dos valores cedidos.

Como sempre, a Direção do STAS está ao dispor dos sócios para os esclarecimentos que entenderem necessários. ■

# Uma Aventura no Oeste

BALEAL - ÓBIDOS

19 de MAIO

Para sócios(as) e familiares | Horário: 10h às 12h (Baleal) | 13h às 16h (Óbidos)  
Localização: Praia do Baleal – Peniche – Vila de Óbidos

**Programa:** Manhã: batismo de surf e bodyboard, passeio de bicicleta pela ilha do Baleal.  
Tarde: atividade de Pedipaper dentro da Vila de Óbidos

Inclui: monitores, equipamentos para a realização das atividades. Almoço: farnel a cargo dos participantes.

Inscrição obrigatória até ao dia 17 de maio para o email [stas@stas.pt](mailto:stas@stas.pt) com indicação dos seguintes elementos: Nome completo; nº sócio(a); data de nascimento dos participantes; contacto telefónico.

[www.STAS.pt](http://www.STAS.pt)

FEBASE STAS





**Dia da Criança**

Benfica – Lisboa

**2 de JUNHO**

Junta de Freguesia de Benfica – Lisboa | Para sócios(as) e familiares | Horário: 9H às 13H  
Localização: Ringue da Junta de Freguesia de Benfica – Lisboa | Para crianças dos 2 aos 12 anos

**Inclui:** monitores, Insufláveis, circuito de carros, pinturas faciais, modelagem de balões, batalha de almofadas, música ambiente e jogos de música

**Inscrição obrigatória** até ao dia 31 de maio para o email [stas@stas.pt](mailto:stas@stas.pt) com indicação dos seguintes elementos: Nome completo; nº sócio(a); nome e data de nascimento dos participantes; contacto telefónico.

[www.STAS.pt](http://www.STAS.pt)

**FEBASE** | **STAS**



**CAMPO DE FÉRIAS**

**FECHADO\***

**STAS** sindicato dos trabalhadores da actividade seguradora

1º TURNO	2º TURNO
14 a 28 de Julho	18 de agosto a 1 de setembro

**PROENÇA-A-NOVA**  
Para Crianças e Jovens a partir dos 8 anos de idade

O Preço inclui

Transporte de Lisboa, Porto ou Coimbra para Proença e regresso. Estadia em regime de pensão completa ( alojamento, pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar e ceia ). Prática de Natação, Passeios, Caminhadas, Slide, Rappel, BBT/Cicloturismo, Bisnaga Ball e outras atividades apropriadas às faixas etárias envolvidas. Todos os materiais necessários às diversas atividades.

**PREÇO - 382.50€ Apenas para sócios** **STAS** sindicato dos trabalhadores da actividade seguradora  
( por Turno ) \* Campo de Férias organizado em colaboração com **JOVENS SEGUROS**

Inscrições

[www.stas.pt](http://www.stas.pt) . [stas@stas.pt](mailto:stas@stas.pt) . Avenida Almirantes Reis nº 133, 5º - 1150-015 Lisboa . Tlf: 211 383 593



# Do direito ao dever

Quando nos distraímos ou procrastinamos durante o horário de trabalho, merecemos os nossos direitos?

Texto | Diogo Tavares

A reivindicação dos direitos do trabalhador foi sempre um dos alicerces da luta sindical, um grito de mobilização para os trabalhadores de todas as faixas sociais. E confesso que é aconchegante saber que os meus percussores lutaram com unhas e dentes para que hoje eu tenha os meus direitos como garantias. Mas por vezes, pergunto-me: será que faço o suficiente para merecer estes direitos?

De longe, alguma vez poderia descrever-me como o trabalhador perfeito, bem sei, pois estou constantemente a batalhar-me com a procrastinação e a preguiça no meu posto de trabalho. A culpa não morre solteira, claro, mas longe de mim justificar as minhas falhas e incumprimentos nos outros.

Mas como posso eu exigir os meus direitos quando eu próprio estou em falta com alguns dos meus deveres? E é neste pesar de consciência que por vezes me sinto obrigado moralmente de ir além dos meus direitos e deveres para compensar devidamente os deveres que assinei para cumprir no meu contrato de trabalho.

## CUMPRIR

Caro leitor, já alguma vez colocou a si próprio esta questão? Já sentiu que não estava inteiramente a cumprir os seus deveres enquanto trabalhador? Ou se por honra ou compromisso sacrificou os seus direitos para salvaguardar os seus deveres?

Nesta nossa era moderna, as distrações são muitas e de fácil acesso num local de trabalho. Na mesma moeda, a automatização de tarefas permite a um único trabalhador obter a mesma produtividade que antes só seria possível com uma equipa inteira de profissionais. Mas esta eficácia só acrescenta o peso da competitividade,



o que diminui o valor que se dá ao desempenho de funções, e a recompensa adequada para essas funções.

Na mesma moeda, é fácil abstrair-se em horário de trabalho. “Cyberslacking” chamam-lhe os especialistas, o ato de passar o período de trabalho sem trabalhar, nomeadamente a passar tempo na internet ou no telemóvel, com economistas por todo o mundo a levarem as mãos à cabeça acusando que isto traz bilhões de euros de prejuízo para a economia, todos os anos.

E às vezes isto acontece sem nos apercebermos e nem toda a disciplina ou restrições de acesso servem para travar este problema.

## HORÁRIO

Mas considere este cenário. São cinco horas de sexta-feira e o trabalho já tem fim à vista. Com mais meia hora conseguia terminar o que está a fazer: aquele mapa de contabilidade, a proposta para o cliente, retocar uma calha elétrica, mais uma demão de tinta. Deixa para segunda o que pode fazer hoje? Ou será que para si a hora de saída é sagrada e deve ser respeitada a todo o custo?

Se calhar chegou tarde ao emprego mais que uma vez. O trânsito é imprevisível, não? Provavelmente choveu a manhã inteira. Um acidente na estrada, quem sabe... Sente-se na obrigação de compensar o tempo em falta? Será que faz qualquer diferença?

Já despendeu da sua hora de almoço? De um intervalo a meio da manhã? De receber adequadamente pelo trabalho extraordinário que fez? Difícil de pensar, um trabalhador dispensar os seus direitos por uma questão de dever. “Amor à camisola” poder-lhe-íamos chamar.

A minha visão será certamente um pouco romântica, mas acho que deve-se lutar pelos direitos e deveres em igual peso, mas quando raramente ouço menção aos deveres, é com desânimo e envolve a formação continua obrigatória que as entidades patronais têm de disponibilizar aos trabalhadores. O resto dos deveres vêm naturalmente. Chegar a horas, desempenhar as funções competentemente e cumprir horários.

Certamente cabe a cada um entender se os seus deveres perante a entidade patronal estão a ser respeitados. Muitas vezes, só prestamos contas à nossa consciência e ao nosso compromisso de honra. ■



# CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de abril



"Oleiro"  
José Veiga



"Janela de Mar"  
Rui Canavarro



"Sabedoria"  
Francisco Oliveira



"Envolvências"  
Carlos Santos



"À cor da tempestade"  
Francisco Oliveira



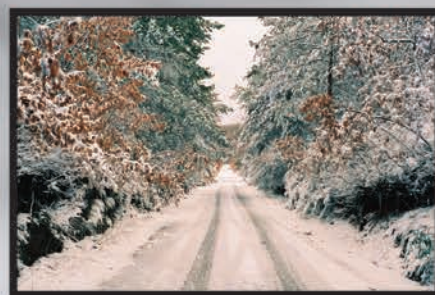
"Macro I"  
José Barreiro



"Baixa-mar"  
Carlos Santos



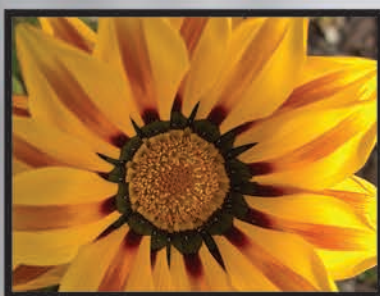
"Casa dos estrunfes"  
José António Guimarães



"Trilhos"  
Carlos Rego



"LUX"  
Orlando Viegas



"Amarelo"  
Joana Rosa



"Em busca do desconhecido"  
Orlando Viegas





Ladeado pela Direção, Rui Riso ao intervir no Conselho Geral de março

## Direção aprovou por unanimidade estatutos do futuro sindicato nacional

**Dando cumprimento ao programa eleitoral, a Direção do SBSI deu o seu aval aos estatutos. Tudo está a ser feito para que até ao final do ano os Sindicatos da Febase possam realizar a consulta aos respetivos sócios**

Texto | Inês F. Neto

O novo projeto de estatutos do futuro sindicato nacional do setor financeiro foi aprovado por unanimidade pela Direção do SBSI.

Este projeto, recorde-se, procurou ultrapassar a falta de consenso em meia dúzia de cláusulas do projeto inicial, também

elaborado pela comissão constituída para elaborar o documento.

Para a Direção, esta aprovação é mais um passo do processo de constituição da nova organização sindical, que integrará os cinco Sindicatos da Febase.

Também as Direções do STAS, do SBC, do SISEP e do SBN aprovaram já os estatutos.

O SBSI continua apostado em cumprir o programa com que se apresentou aos sócios nas eleições de 2015, ou seja, tornar o sindicato nacional uma realidade ainda no atual mandato.

### CONSULTA

Apesar da aprovação dos estatutos pelas Direções dos Sindicatos constitutivos da Febase, o percurso até ao final do processo é complexo.

Entre as diversas dificuldades a resolver encontram-se as de ordem legal, pois fundir cinco sindicatos numa organiza-

ção única exige um complicado trabalho, tendo em conta o património de cada um e não só.

No entanto, com a aprovação dos estatutos mais uma página foi fechada. É agora intenção dos cinco Sindicatos que sejam dados os passos necessários para que até ao final do ano seja possível realizar a consulta aos respetivos sócios.

Ou seja, os associados serão chamados a pronunciarem-se sobre se desejam ou não a fusão numa única organização, de âmbito nacional, e englobando todo o setor financeiro, nomeadamente banca e seguros.

A Direção do SBSI está confiante de que essa é a vontade dos seus sócios, já que este é um objetivo dos bancários há mais de duas décadas e foi sufragado nas urnas, quando a maioria deu o seu voto aos atuais Corpos Gerentes, em cujo programa eleitoral o novo sindicato nacional era um dos compromissos. ■

## Bowling

# Liderança isolada para Gabriel Dias

O resultado acumulado ao fim de três jornadas permite ao concorrente do ex-Banco Popular liderar a classificação geral de forma isolada

O 11.º Campeonato Interbancário de Bowling continua a disputar-se na Beloura, como vem sendo hábito.

Os resultados da terceira ronda permitiram a Gabriel Dias (ex-Banco Pop.) ascender à liderança isolada da classificação geral, com um total de 2236 pontos, distribuídos pelas três jornadas (827-688-721). Pedro Pêla (ex-Banco Pop.), que foi o vencedor desta ronda, segue no segundo lugar, com 2055 pontos (709-619-727), enquanto Briano Sousa (BBPI) é terceiro, com 2046 pontos (742-633-671).



Rui Duque (BBPI), com 2026 pontos (678-678-670) e Pedro Proença (OIT), com 2008 (672-686-650), seguem no quarto e quinto lugares, respetivamente.

A primeira fase terminou no dia 5 de maio, estando a final do Sul e Ilhas agendada para os dias 19 e 20 de maio, em Évora. A final Nacional será a 3 e 4 de novembro, em Ovar. ■

## King

# Américo Pereira termina em primeiro



A fase de apuramento lisboeta terminou com a realização da sétima e última jornada. Valeu o desempate de pontos king para atribuir o primeiro lugar da geral ao concorrente do Millennium bcp

A sétima jornada da fase de apuramento de Lisboa do 12.º Torneio Interbancário de King realizou-se no dia 21 de abril, na sede do SBSI, com a presença de 17 jogadores, o que obrigou a que um ficasse isento em cada jogo realizado.

Destaque para os 20 pontos que valeram o triunfo a Américo Pereira (Millennium bcp), que assim fez o pleno na pontua-

ção. António Rafael (Santander Totta) foi segundo, com 17 pontos, enquanto Caetano Moço (Unicre) e António Marques (Millennium bcp) terminaram com 14 pontos. António Moço foi quinto, com 11,5 pontos.

## IGUALDADE

Com estes resultados ficaram definidos os oito classificados que transitam para a fase seguinte, aos quais se juntarão os apurados das delegações de Portalegre, Castelo Branco, Setúbal e Açores.

Américo Pereira e António Marques terminaram ambos com 88 pontos, prevalecendo o primeiro graças ao desempate por pontos king.

Os restantes apurados classificaram-se da seguinte forma: 3.º António Ramos, 84,5 pontos; 4.º António Rafael, 83; 5.º Maurício Faria (BBPI), 83; 6.º Caetano Moço, 82; 7.º David Mina (Millennium bcp), 80; 8.º José Alves Pinto (Millennium bcp), 79,5.

A final regional terá lugar nos dias 26 e 27 de maio, em Ferreira do Zêzere. ■



# Exposição

## Trabalhos Artísticos

4 a 8 | junho | 2018

Inauguração pela Direção: 4 | junho | 17h  
seguida de cocktail

Horário: 5 a 7 das 10h às 18h  
8 das 10h às 13h

**SBSi GRAM**

Associação  
Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas  
Sala Cinzenta Rua S. José, 131 - Lisboa



# A avaliação de desempenho e sua regulamentação



Como é por demais consabido, a avaliação de desempenho está intimamente relacionada com uma série de aspectos da vida profissional de qualquer trabalhador, os quais estão dependentes ou são condicionados por essa avaliação.

Antes de mais, observa-se que a matéria da avaliação profissional, ou avaliação de desempenho, não está incluída na relação de assuntos estabelecida no n.º 3 do art.º 3.º do Código do Trabalho (CT) e, por isso, prevalecerá sempre a regulamentação que seja estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), pois também não há outras normas no CT que proibam o afastamento por Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT). Sendo o IRCT omissivo, a matéria poderá ser disciplinada por regulamento interno da empresa, ou mesmo em cláusula do contrato individual de trabalho.

A avaliação profissional, ou avaliação de desempenho, ganhou novo relevo face a recentes alterações à legislação laboral. É o caso, designadamente, dos artigos 299.º, n.º 1 c), 360.º, n.º 2, c), 368.º, n.º 2 a), e 374.º

e seguintes do CT, que versam, respetivamente, sobre a redução temporária ou a suspensão do contrato de trabalho em situação de crise empresarial, critério (eventual) de seleção de trabalhadores para o despedimento coletivo, critério prevalecente e obrigatório para a seleção de trabalhador no despedimento por extinção do posto de trabalho e, no caso de despedimento por inadaptação, relacionada com a redução continuada de produtividade ou de qualidade do trabalho.

Acresce que, a importância da referida regulamentação relativamente a esta matéria tem-se agudizado com o tendencial desaparecimento das progressões automáticas na carreira por antiguidade nos IRCT's do Setor Bancário, prevalecendo tão só as promoções baseadas no mérito e avaliação de desempenho dos trabalhadores.

Por outro lado, é prática corrente em muitas empresas, incluindo no setor bancário, a avaliação periódica, em regra anual, com efeitos relevantes para a qualificação profissional e para a evolução na

carreira, bem como na retribuição normal e na atribuição de prémios ou participação nos resultados, ou ainda noutras compensações.

Do exposto decorre que não se pode descurar o estabelecimento de regras e critérios objetivos que impeçam o arbítrio do avaliador ou que não prevejam a impugnação efetiva do resultado da avaliação. É, pois, matéria relevante bem merecedora de negociação e regulamentação com as estruturas representativas dos trabalhadores e, inclusive, a efetiva intervenção destas nas decisões da avaliação.

Assim, uma vez que os IRCT's do Setor Bancário são vagos (ou até omissos) relativamente à avaliação de desempenho, a qual se encontra regulamentada em cada instituição de crédito por via de regulamento interno, deverão as estruturas representativas dos trabalhadores ter um papel ativo e atento em todo o processo de avaliação do desempenho. ■

*Alfredo Oliveira,  
Advogado dos Serviços Jurídicos do SBN*





## Direção reúne-se com **comissões de delegação**

**Aumentos salariais estiveram em debate. SBN recusa intenção do BCP de aumentar apenas os trabalhadores no ativo**

Texto | Francisco José Oliveira

Uma reunião da Direção com os membros das comissões sindicais de delegação realizou-se no dia 3 de maio, no Porto.

O presidente do SBN, Mário Mourão, começou por fornecer informações sobre o processo negocial que decorre no âmbito da Associação Portuguesa de Bancos visando a atualização da tabela salarial, em que os representantes patronais responderam com o valor de 0,4% à proposta apresentada pela Febase, cujos Sindicatos têm vindo a discutir iniciativas conjuntas para pressionar as instituições de crédito no sentido de evoluírem para valores dignos.

Assim, além de uma campanha que o SBN se propõe fazer no sentido de apelar à recusa da prestação de trabalho extraordinário não remunerado, o Sindicato vai pressionar no sentido de serem realizadas mais inspeções de trabalho, apelando também a todos os bancários para que não permaneçam a laborar para além das 16h30, cumprindo assim o horário que responde à respetiva remuneração.

“Antes de chegarmos a uma greve, há, pois, ações que podem ser realizadas. Está nas mãos dos trabalhadores defenderem a sua própria dignidade. Deste modo, as formas de luta provarão que os bancários se encontram indisponíveis para mais provocações”, frisou.

Mourão recordou que na manifestação do 1.º de Maio da UGT, o secretário-geral da central fez uma referência a esta matéria, que, todavia, foi ignorada pela comunicação social, “o que é particularmente grave porque, com este tipo de atitudes, os banqueiros estão a continuar a percorrer o caminho que conduziu à situação de desgraça no setor financeiro”.

### **CONTRA A DIVISÃO**

O presidente do SBN criticou depois a atitude tomada pela administração e pela Comissão de Trabalhadores do Millennium BCP, ao defenderem que aquela instituição só deveria proporcionar aumentos salariais aos bancários no ativo, o que, a confirmar-se, degradaria as relações entre trabalhadores no ativo e na reforma, interrogando: “Algum trabalhador no ativo pensará que se não houver aumentos para os reformados esse dinheiro reverterá para si? Não, ficaria todo nos cofres dos bancos.”

Mário Mourão não deixou dúvidas, ao sublinhar a evidência de que os bancários no ativo têm de ser aumentados, mas numa situação harmoniosa em relação aos reformados, não deixando de recordar que foi a banca a querer o estatuto de pagador das pensões destes últimos.

“Se não se inverter esta mentalidade, começa a ser perigoso, pois criará inevitavelmente uma situação de guerra de gerações” – acrescentou o líder do SBN.

“E, se houvesse – o que não é verdade – uma situação de dificuldade no BCP, não se compreenderia nem haveria explicação para, ao contrário de tudo isto, os administradores terem beneficiado recentemente de um aumento de cerca de 80%”, disse.

Este ponto da ordem de trabalhos terminou com diversas intervenções dos

membros das comissões sindicais de empresa, de que relevaram as denúncias feitas por crescentes pressões exercidas sobre os bancários, “que são metidos numa sala fechada com as hierarquias, para não terem testemunhas das situações de assédio de que são vítimas”.

### **ACORDO COM ADVANCECARE**

Passando ao ponto seguinte da agenda, Mário Mourão salientou que, apesar de o SBN/SAMS ter um dos melhores subistemas do País, havia que o reestruturar e dignificar, pelo que foi feito um acordo com a AdvanceCare a vigorar a partir de 9 de maio de 2018, proporcionando uma nova rede externa convencionada.

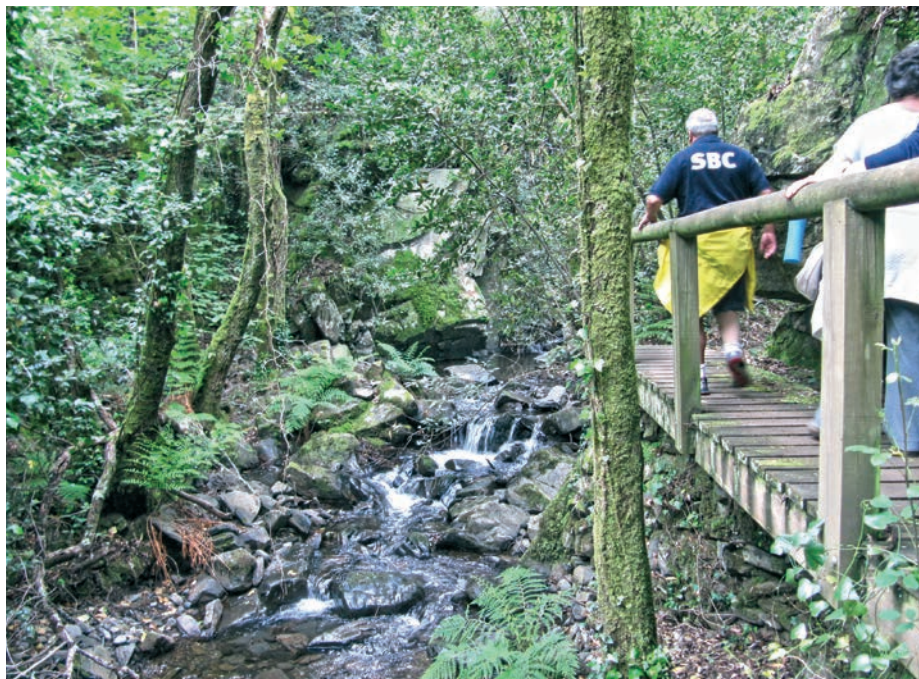
Dos benefícios daí decorrentes para os associados e beneficiários, decorre um aumento da liberdade de escolha em todo o território nacional; mais 738 entidades convencionadas, conferindo acesso a todas as especialidades e alargando o âmbito das anteriores entidades convencionadas; redução dos custos com consultas; serviço médico permanente ao domicílio; agendamento das consultas diretamente no médico, clínica ou hospital, bastando a creditação do atual cartão de beneficiário; manutenção dos regulamentos e dos procedimentos do SAMS, designadamente nos pedidos de pré-autorização; atendimento médico permanente telefónico; manutenção dos atuais postos clínicos.

Mário Mourão terminou acentuando que, em resultado de todos estes benefícios, o SAMS sairá mais reforçado na sua missão, uma vez que a AdvanceCare prestará um serviço de excelente complementaridade, colmatando assim as brechas que faltavam para um cabal atendimento aos associados e beneficiários. ■



Caminhadas SBC

## Da Lousã ao Talasnal



**Caminhar, respirar ar puro e conhecer a mais carismática aldeia de Xisto da Serra da Lousã. Aceite o desafio e inscreva-se até dia 23**

A mais conhecida e carismática Aldeia de Xisto da Serra da Lousã – não só pela sua dimensão e disposição, mas também pela forma como tem sido recuperada – é o destino da próxima edição das Caminhadas SBC, organizada pelo

Secretariado Regional de Coimbra e pelo Departamento de Tempos Livres.

Há muitos anos que o Talasnal é a Aldeia do Xisto que mais notoriedade tem, não só pela sua dimensão, como pela sua disposição e também pelos muitos pormenores das recuperações das suas casas.

A melodia que a fonte e o tanque emitem acompanha a nossa visita e as casas decoram-se com os ramos das videiras, dizem-nos. Descobrir esta aldeia representa mergulhar na magia da Serra da Lousã e descobrir uma vegetação luxuriante por onde espreitam veados, corços, javalis e muitas outras espécies.

A natureza é, aqui, rainha!

Venha, num percurso com menos de 5 quilómetros, sentir o pulsar da terra e a sua comunhão com os homens e a natureza, nesta Caminhada que partirá do Castelo da Lousã e que culminará com um almoço de confraternização entre todos os participantes!

As inscrições podem ser feitas até ao dia 23 de maio, para Departamento de Tempos Livres pelo e-mail [tempos.livres@sibace.pt](mailto:tempos.livres@sibace.pt) ou pelo telefone 239 854 880. Para mais informações contacte José Fazendeiro (Tlm. 914 959 477).

## À descoberta das pedras parideiras

**A viagem a Arouca, Serra da Freita e Frecha da Mizarela preencheu as expectativas dos sócios, da gastronomia à beleza natural**

Organizada pelo Secretariado Regional de Leiria, teve lugar no passado dia 24 de março uma viagem a Arouca, Serra da Freita e Frecha da Mizarela.

Assim que chegados à Serra da Freita foi servida aos participantes uma reconfortante piqueta, para aconchego dos estômagos. Com paragem em Mizarela para observar a Frecha da Mizarela, a mais alta queda de água de Portugal, com mais de 80 metros, o destino seguinte foi o Centro de Interpretação onde, além de se estar em contacto com as pedras parideiras, fenómeno único a nível mundial, decorreu a projeção de um filme explicativo e que



muito contribuiu para a compreensão e enquadramento desta pitoresca formação geológica.

Com o apetite desperto, a expectativa da degustação da famosa e tenra vitela arouquesa, servida no restaurante "A Varandinha", não saiu gorada, tendo os participantes a tarde livre, não só para conhecer a vila de Arouca, como para

efetuar algumas compras de produtos regionais, não sem antes parar em Burgo, pequena vila onde se concentra a indústria da confeitaria da pastelaria e doçaria cisterciense, para satisfazer a vontade dos mais gulosos e também umas compras.

Ao final da tarde deu-se o regresso a casa, com a certeza de um dia bem passado, em boa camaradagem e companhia!



Reunião na Guarda

## Conselho Geral aprova contas por unanimidade

Exercício de 2017 apresentou assinalável recuperação. Os conselheiros debateram ainda e acordo com a AdvanceCare e o futuro sindicato nacional

Enquadrado no espírito de descentralização defendido e prometido pela Direção do SBC, o Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Centro realizou-se no dia 11, na cidade da Guarda, a cidade dos cinco "F" (Forte, Farta, Fria, Fiel, Formosa).

Na sessão foram debatidos e esclarecidos temas do mais alto interesse para a vida do Sindicato, tais como a implementação da AdvanceCare e todas as envolverências que a ela estão relacionadas, a apresentação das contas referentes ao exercício de 2017, bem como o desafio que um futuro Sindicato de âmbito nacional traz em todas as suas dimensões, da organização aos sócios, passando pelo SAMS.

Os resultados apresentados refletem uma recuperação assinalável, comparando muito favoravelmente com o exercício referente ao ano anterior, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade e com aclamação.

Com muito esforço, empenho e dedicação da parte de todos, demonstrou-



-se que a sustentabilidade financeira do Sindicato dos Bancários do Centro é uma realidade, havendo ainda, no entanto, muito caminho a trilhar, mas, unidos, seremos capazes de levar a nau a bom porto, contra correntes, ventos e marés.

### DESCENTRALIZAÇÃO

A realização do Conselho Geral na cidade da Guarda traduziu-se em mais um forte

marco na vida do Sindicato, sinalizando e reforçando a proximidade com os sócios e aproximando a Direção das realidades que o sector bancário vive no interior do País.

A Direção do SBC continua a pugnar pela defesa dos trabalhadores e pela melhoria das suas condições laborais e qualidade de vida e mantém a premissa de desenvolver todos os esforços para que o futuro, nestes tempos difíceis, seja cada vez mais promissor. ■



Agenda

## Passeios ao Parlamento e à Madeira

No dia 22 de maio tem lugar a partida do grupo que segue para a Madeira, numa viagem organizada pelo Departamento de Tempos Livres, e que se revelou um grande sucesso, tendo rapidamente esgotado os lugares disponíveis.

Neste passeio serão visitados os locais mais conhecidos daquela ilha, considerada a "Pérola do Atlântico".

A Secção Sindical de Reformados organiza, no dia 30, uma visita ao palácio de S. Bento e Assembleia da República, aberta a todos os sócios e acompanhantes.

Não perca esta oportunidade de conhecer o palco onde se vivem as decisões políticas do nosso País!

Para mais informações contacte Silvino Madaleno (Tlm. 918 167 510).



Unidos na defesa dos **trabalhadores** do setor financeiro